

Veículo: Folha de S. Paulo	Caderno: Mercado
Data: 09/04/2019	Página: A21

FOLHA DE S.PAULO

Impasse sobre incentivo fiscal trava venda de fábrica da Ford

Caoa exige contrapartidas, mas SP diz que benefício está atrelado a investimento

SÃO PAULO Um impasse em torno de incentivos fiscais ameaça travar a venda da fábrica de caminhões da Ford em São Bernardo do Campo, no ABC paulista, para a Caoa.

Segundo apurou a reportagem, representantes da Caoa, que pertence ao empresário Carlos Alberto de Oliveira Andrade, estiveram nesta segunda-feira (8) na Secretaria de Fazenda e Planejamento do governo de São Paulo.

Os executivos solicitaram ao governo estadual contrapartidas fiscais para adquirir a unidade e preservar os cerca de 3.000 empregos.

O governador João Doria (PSDB) já anunciou publicamente que ajudaria a buscar compradores para a fábrica.

Os técnicos da Fazenda, no entanto, afirmaram que o programa estadual para o setor automotivo contempla apenas novos investimentos, o que significa que, para se enquadrar, a Caoa teria de se comprometer com um plano de aportes para a unidade.

Chamado de IncentivAuto, o programa do governo estadual prevê desconto progressivo até o limite de 25% do ICMS para os veículos fabricados em São Paulo.

Para participar, as empresas têm de investir mais de R\$ 1 bilhão e se comprometer a criar, no mínimo, 400 postos de trabalho.

Pessoas próximas a Oliveira Andrade dizem que o empresário ficou decepcionado e que estaria até pensando em desistir de adquirir a fábrica.

Outras fontes dizem acreditar que se trata de pressão para levar o governo estadual a conceder mais incentivos.

Conforme apurou a reportagem, as tratativas com a Ford continuam, mas a Caoa teria informado que vem tendo dificuldades nas negocia-

ções com o governo estadual. A empresa ainda não está fazendo "due diligence" (análise dos dados) da unidade.

Doria está pessoalmente empenhado em deter o fechamento de vagas no setor automotivo. O próprio programa IncentivAuto nasceu de uma negociação com a General Motors, para evitar que a empresa deixasse o estado e até o país.

No entanto, o secretário de Fazenda e Planejamento, Henrique Meirelles, vem sendo cuidadoso na concessão dos benefícios e faz questão de atrelá-los a novos investimentos,

para evitar que se tomem apenas um socorro para empresas em dificuldades.

Em fevereiro, a Ford anunciou que fecharia a fábrica de São Bernardo do Campo no fim deste ano, gerando forte reação do sindicato de trabalhadores. A montadora americana informou que desistira de fabricar caminhões no mundo.

Por insistência do governador tucano, a Ford retomou as tentativas de tentar vender a fábrica, que não haviam sido bem-sucedidas até então.

Três grupos teriam demonstrado interesse. As negociações estariam mais avançadas com a Caoa.

Procuradas, Caoa e Ford não se manifestaram.

A Secretaria de Fazenda e Planejamento paulista não confirmou a reunião e informou que emitirá em breve uma resolução com as condições de enquadramento dos novos investimentos dentro do IncentivAuto.

Raquel Landim

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 09/04/2019	Caderno: Economia



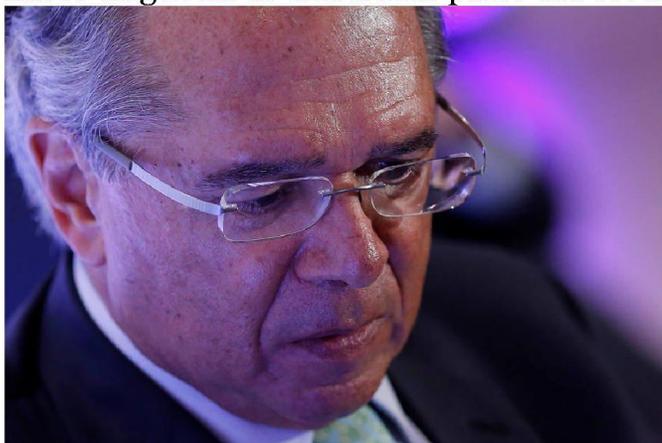
Guedes confirma plano de repassar aos Estados 70% da verba do pré-sal

Ministro da Economia defendeu que não haja condicionantes para o repasse dos recursos aos governos

Lorena Rodrigues e Camila Turtelli, O Estado de S.Paulo

09 de abril de 2019 | 04h00

BRASÍLIA - O ministro da Economia, [Paulo Guedes](#), confirmou que o plano do governo é repassar 70% dos recursos do [pré-sal](#) para Estados e municípios. A informação foi antecipada no fim de março pelo Estado. Ele defendeu que não haja condicionantes para o repasse dos recursos, mas que, se for da preferência dos parlamentares, pode haver exigência de direcionar parte dos recursos para educação e saúde.



'Não vou regular o que o governador (de cada Estado) faz com o dinheiro, ele é que foi eleito', disse Guedes. Foto: REUTERS/Adriano Machado

“Não vou regular o que governador faz com dinheiro, ele é que foi eleito. Do ponto de vista da Fazenda e Petrobrás, cessão onerosa será resolvida”, afirmou, em evento organizado pelos jornais *O Globo* e *Valor Econômico*. Em 2010, a União e a Petrobrás assinaram o acordo de cessão onerosa, que permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo na Bacia de Santos.

À época, a Petrobrás pagou R\$ 74,8 bilhões. A expectativa do governo, porém, é que a área possa render mais 6 bilhões de barris. A União quer fazer um leilão do volume excedente, previsto para 28 de outubro.

Como informou o Estado, a ideia é transferir os recursos por meio do Fundo Social, criado em 2020 para ser uma poupança do governo, que ajudaria a financiar o desenvolvimento do petróleo quando o dinheiro do petróleo diminuísse. Hoje, 100% do fundo pertence à União. A ideia é aumentar a parcela que será destinada aos Estados e municípios gradativamente até chegar a 70% em um período de 20 anos.

Presente no evento, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), afirmou avaliar que há necessidade de emenda constitucional para fazer esse repasse. Guedes admitiu que há receio de que, passando pelo Congresso, o processo demore.

Os dois tiveram momento de impasse durante a palestra sobre o quanto de recursos o governo poderia arrecadar com o leilão do excedente do pré-sal. “Então, você vai receber R\$ 100 bilhões”, disse o deputado. “Quem disse que são 100?”, indagou Guedes. “Estou torcendo”, completou Maia.

Bancos

Em relação à devolução de recursos que os bancos públicos serão obrigados a fazer este ano, Guedes disse que vai fazer o dinheiro “sair do chão” para fechar as contas públicas. Ele citou que o BNDES terá de devolver R\$ 126 bilhões e outros R\$ 80 bilhões virão de pagamentos que serão feitos pelo BB e Caixa. O ministro também conta com outros R\$ 80 bilhões de privatizações. “Nós vamos fazer o ajuste. Estamos aqui para mudar essas contas.”

Previdência

No evento, tanto Guedes quanto Maia disseram não ter condições de serem articuladores políticos da reforma da Previdência. “Vocês viram meu desempenho (na audiência da Comissão de Constituição e Justiça, que terminou com trocas de ofensas). Não tenho temperamento para isso”, afirmou, arrancando risos da plateia. Após as farpas trocadas com o presidente da República em março, Maia também disse que não tem condições de ser coordenador político da reforma e se resignou ao seu papel institucional na tramitação do projeto. “Não falo mais de prazo, nem de voto. Agora, se o governo vai ganhar, você pergunta para o Onyx (Lorenzoni, ministro da Casa Civil).”

Veículo: O Estado de S. Paulo	
Data: 09/04/2019	Caderno: Economia



Reforma da Previdência pode garantir economia de R\$ 170,8 bilhões nas despesas de municípios

Números serão apresentados pelo governo durante a Marcha dos Prefeitos, que acontece nesta terça em Brasília para buscar apoio à aprovação do projeto

Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli, O Estado de S.Paulo

09 de abril de 2019 | 08h03

BRASÍLIA - A [reforma da Previdência](#) tem potencial para garantir uma economia de R\$ 170,8 bilhões nas despesas dos municípios no período de 10 anos. Em 20 anos, a economia sobe para R\$ 391,3 bilhões, de acordo com cálculo feito pela equipe econômica e obtido pelo Estadão/Broadcast.



A expectativa é que em São Paulo a economia com a reforma da Previdência fique em R\$ 20,41 bilhões em uma década Foto: Carl de Souza / AFP

Os números serão apresentados pelo governo durante a Marcha dos Prefeitos, que acontece nesta terça-feira, 9, em [Brasília](#) para buscar apoio à aprovação da reforma.

O cálculo levou em conta 2109 municípios que têm regime próprio de Previdência para os seus servidores. Pelos dados do governo, esses municípios têm 3.485 milhões de servidores segurados. O salário médio desses funcionários é de R\$ 2.276,00.

A expectativa é que em [São Paulo](#), a maior cidade do Brasil, a economia com a reforma fique em R\$ 20,41 bilhões em uma década. No município do Rio, a redução estimada das despesas previdenciárias é de R\$ 13,146 bilhões.

O ministro da Economia, [Paulo Guedes](#), tem insistido na necessidade de manter a economia prevista, embora já tenha admitido deixar de fora da PEC as alterações nas regras da aposentadoria rural e do benefício de assistência social para idosos de baixa renda (BPC). Essas mudanças vão reduzir o escopo da proposta.

Guedes negou na segunda-feira que tenha admitido uma economia inferior a R\$ 1 trilhão com a aprovação da reforma da Previdência proposta pelo governo [Jair Bolsonaro](#). Questionado se admitiria uma economia fiscal de R\$ 800 bilhões, Guedes fez, ao chegar a um evento em Brasília, um sinal negativo com a mão e afirmou que precisa de R\$ 1 trilhão para lançar o regime de capitalização.

Para o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Glademir Aroldi, a reforma da Previdência é importante para Estados, União e prefeituras. "Temos consciência de que é preciso fazer reforma previdenciária", disse ele, que defendeu que o governo e o Congresso "trabalhem alguns pontos" que prefeitos ainda têm dúvidas, como o BPC e aposentadoria dos trabalhadores da agricultura familiar. A ideia é que os prefeitos, após o encontro, se posicionem favoravelmente à reforma.

FOLHA DE S.PAULO

Reforma da Previdência livra o Brasil do atraso

Vale a pena comprometer o futuro de gerações?

João Doria

Governador de São Paulo (PSDB), ex-prefeito de São Paulo (jan.2017 a abr.2018) e empresário

O debate econômico no Brasil está paralisado por duas questões: quando a reforma da Previdência vai passar no Congresso e qual o tamanho do impacto fiscal dessa mudança.

Apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro ao Congresso Nacional, a reforma da Previdência prevê que o governo federal economize R\$ 1 trilhão em dez anos. É uma urgência de nosso tempo. Ela exige a união daqueles que desejam outro ritmo no desenvolvimento do Brasil. Os números não mentem: o sistema atual levará à insolvência do Estado e a uma nova recessão econômica, ainda mais grave.

Em São Paulo, temos mantido o equilíbrio orçamentário. Mas, em sete estados, o peso das despesas de Previdência já compromete os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal. Cinco estados já possuem mais servidores aposentados do que na ativa —aqueles que atendem diariamente a população. O prejuízo coletivo causado pelas distorções desse sistema é evidente.

Faz dois anos que temos um crescimento pífito, apenas uma ínfima parte do potencial do país. Então, se por um lado é necessário diálogo e união entre os que desejam um Brasil mais próspero, é também obriga-

tório desnudar quem pensa apenas nos seus interesses.

Infelizmente há aqueles que se uniram para atrasar a mudança. Falsariam números e fraudam o debate para manter privilégios indefensáveis e interesses mesquinhos. Retardam uma agenda fundamental, condenando o Brasil ao baixo crescimento e à perpetuação de modelo injusto e desigual, que tira dos pobres para dar aos ricos. Trabalham para o "quanto pior, melhor".

Em Davos, no Fórum Econômico Mundial, em janeiro último, tive 23 encontros com investidores estrangeiros, executivos de grandes empresas globais e líderes políticos mundiais. Todos, sem exceção, tinham unânime expectativa de retomada dos investimentos no Brasil —mas com a reforma da Previdência aprovada.

O investimento estrangeiro no Brasil vai aumentar ou vai diminuir? Depende da Previdência. A bolsa de valores, que alcançou o recorde histórico de 100 mil pontos, vai manter a arrancada ou vai murchar? Depende da Previdência.

A Previdência é um ponto de inflexão para o Brasil. Ela define o rumo de um país para as próximas gerações. E nunca estivemos tão próxi-

mos de um cenário positivo. Aprovar a reforma o mais rápido possível é ingressar no círculo virtuoso de crescimento contínuo. É abrir as portas para retomar o grau de investimento perdido pelos desarranjos do passado, é matar o chamado voo de galinha da economia, que asfixia nosso desenvolvimento desde a crise do petróleo, nos anos 70.

Os erros econômicos do passado recente e a renitente demora em fazer o que é certo comprometeram duas gerações de brasileiros. Vale a pena comprometer o futuro de outras duas? O Brasil precisa olhar para os bons exemplos do mundo. Enquanto países como Chile e Coreia do Sul, que eram menos desenvolvidos que o Brasil, arrancaram para anos de crescimento contínuo, nós ficamos parados, amarrados pelo corporativismo e pela visão ideológica equivocada e atrasada.

A necessidade de se reformar a Previdência já passou pelo teste das ruas. É preciso agora, passar pelo teste do Congresso. O modelo de crescimento ancorado no Estado, via subsídios do BNDES, com empresas estatais e fundos públicos, se esgotou.

As propostas para fortalecer uma economia liberal, com mais iniciativa privada e menos Estado, são defendidas pelos brasileiros de São Paulo. Mas, para construir esse novo modelo, precisamos de inflação sob controle, juros mais baixos, regras claras e mercado competitivo.

O novo ciclo de crescimento do Brasil só de dará quando os agentes privados, daqui e do mundo, tiverem confiança na recuperação das contas públicas.

Está na hora de a reforma da Previdência libertar o Brasil do atraso crônico e projetar o país para um futuro próspero, com menos pobreza e mais crescimento.

desde o início desta legislatura como deficiente.

Quando lhe foi perguntado se continuava magoado com Jair Bolsonaro (PSL) após atritos ocorridos em março, em que Maia chegou a dizer que o presidente estava "brincando de presidir o país", o deputado negou, mas aproveitou para alfinetar o Planalto.

"Eu esperava que a gente poderia ter um governo de coalizão, o presidente acha diferente, e talvez ele esteja certo. Só não vou ficar no meio dessa briga tomando porrada da base eleitoral do presidente. Também não sou mulher de malandro para tomar porrada e achar bom", disse.

Maia afirmou que não tem mais como contar os votos a favor do texto, mas que colocará a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) para votar quando o governo entender que chegou o momento para a deliberação.

"Se o governo vai ganhar [ou não], você pergunta para o ministro Onyx [Lorenzoni]", disse. Maia é desafeto do ministro-chefe da Casa

isso não precisariam brigar em seus estados para aprovar uma medida impopular, como a mudança da aposentadoria de professores, policiais e bombeiros.

O engajamento dos governadores na reforma, porém, tem sido errático e muito condicionado à contrapartida federal por recursos.

A ameaça de retirada, para Guedes, poderia ajudar a reunificar a tropa de governadores em favor da proposta.

"Se vocês vão falar mal da reforma, eu vou pedir para tirar... Porque você joga pedra na reforma em Brasília e volta para o estado e diz 'tem que tirar isso da Previdência', mas você precisa da reforma", disse Guedes durante evento promovido pelos jornais O Globo e Valor Econômico, em Brasília.

"Então ou você assume isso ou nós abrimos mão. Não vamos colocar estados e municípios, e vamos aprovar uma reforma circunscrita à União", afirmou Guedes.

O ministro foi informado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), da

BRASÍLIA A dificuldade de articulação do governo se reflete nos atrasos da primeira etapa da CCJ (Comissão de Constituição e Justiça), onde a previsão de votação inicial era até o fim de março, depois adiada para o meio de abril.

Nesta terça-feira (9), o relator da proposta no colegiado, Delegado Marcelo Freitas (PSL-MG), entregará o seu relatório. A expectativa do governo é que ele seja votado no dia 17.

Para enfrentar o governo, partidos de oposição já preparam um relatório alternativo ao de Freitas, opinando pela derrubada total ou parcial da reforma.

Assim, o grupo tentaria, com apoio de dissidentes de siglas independentes ao governo, desidratar parte da proposta já na primeira votação do texto.

O relator, no entanto, continua confiante e diz acreditar que a PEC (Proposta de Emenda à Constituição) será aprovada na CCJ por 40 votos ou mais.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Política
Data 09/04/2019	Página: 06

Tribuna

Coluna 
ESPLANADA

LEANDRO MAZZINI



DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA

O Regime Geral da Previdência Social deverá fechar 2019 com despesa de mais de R\$ 754 bi e o déficit poderá superar os R\$ 254 bi. No ano passado, a despesa do RGPS foi de R\$ 692 bi. Os dados foram detalhados pelo secretário-adjunto de Previdência, Naron Gutierre Nogueira, aos senadores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. De acordo com as projeções de Nogueira, se a reforma da Previdência for aprovada pelo Congresso Nacional, a economia do Regime Geral da Previdência Social será de R\$ 83 bi em quatro anos e R\$ 715 bi em 10 anos.

Tribuna

MARCHA PELA REFORMA

Prefeitos vão a Brasília para tratar da Previdência



EURES RIBEIRO diz que a intenção é firmar compromisso com movimento municipalista para a votação de propostas que beneficiem os governos locais

Mais de 200 prefeitos baianos vão a Brasília nesta semana para tratar sobre a reforma da Previdência do governo do presidente Jair Bolsonaro (PSL). Os gestores municipais estarão na Marcha em Defesa dos Municípios, que também discutirá a construção de um novo pacto federativo, o fim dos lixões e a segurança das barragens. O encontro, que ocorre até a próxima quinta-feira, deve reunir, ao todo, oito mil prefeitos de todo o país. Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Glademir Arioldi tem dito que os prefeitos vão apoiar a reforma da Previdência. "A reforma da Previdência é necessária

para manter os municípios de pé. A expectativa de vida aumentou no país. O país não suporta mais isso. A nova Previdência é importante para a União, os estados e os municípios. E ainda mais importante para a população brasileira".

A abertura oficial ocorre hoje com a presença do presidente da República, Jair Bolsonaro (PSL), e dos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Rodrigo Maia e Davi Alcolumbre, ambos do DEM. Presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB), o prefeito de Bom Jesus da Lapa, Eures Ribeiro (PSD) afirmou que a intenção é que eles firmem

compromisso com o movimento municipalista para a votação e execução de propostas que beneficiem os governos locais. "Nós vamos sentir Brasília neste evento, saber a disposição do governo com os municípios. Historicamente, a marcha representa ganhos reais para o movimento e nossa expectativa não é outra senão buscar avanços na pauta apresentada ao Congresso e a Presidência", declarou. A Confederação dos Municípios defende que aumente os repasses dos tributos arrecadados pelas prefeituras. "Essa distribuição aproxima o Brasil da gestão pública em outros países. A maior parte dos serviços públi-

cos é prestada pelos municípios, mas hoje as prefeituras ficam com a menor fatia do bolo", pontuou Arioldi.

MOVIMENTO

O encontro, que ocorre até a próxima quinta-feira, será aberto hoje pelo presidente Bolsonaro e deve reunir, ao todo, oito mil prefeitos de todo o país.

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 09/04/2019	Página: A3

A TARDE
O jornal de toda Bahia

EDITORIAL *Todos pela reforma tributária*

A urgência de uma reforma tributária requer posicionamento imediato para sua agilização. É pauta de se resolver já: uma questão de última forma, cancele-se todas as ordens anteriores, pois passou do tempo de mudarmos nossa forma de arrecadação. Dados divulgados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) reforçam a importância da medida. O que se espera agora, do Executivo, do Congresso e da cidadania, é uma comunhão de forças para aprovar as alterações.

O estudo da Fiesp mostra que a indústria gasta 1,2% do faturamento para preparar e pagar tributos. O resultado

atingiu R\$ 37 bilhões em 2018. Um valor que poderia ser revertido em mais investimento para geração de novos empregos e ganhos para todos.

O montante é o equivalente a 5% do

Se um tema pode unir os brasileiros de todos os segmentos é o da reforma tributária, por uma economia competitiva

Produto Interno Bruto (PIB) da indústria de transformação, e passa de nove vezes o volume que nossos principais parceiros comerciais gastam. Na relação constam Alemanha, Canadá, China, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Suíça... Até os vizinhos Chile e Argentina estão à frente do Brasil quando o assunto é imposto.

Entre suas principais missões, a reforma precisa reduzir a burocracia, simplificar o sistema tributário, incentivar a produção e o emprego e, no médio prazo, reduzir a carga tributária. Não é só a extinção de tributos que une em um só batalhão pa-

triótico todos os brasileiros de boa vontade. A reforma prevê o uso de novas tecnologias em programas de computador capazes de universalizar o uso de nota fiscal eletrônica e a cobrança no ato da compra, o que resultaria na redução da sonegação e da corrupção, além de fortalecer o planejamento fiscal. A estimativa é de economizar R\$ 60 bilhões em custos burocráticos para pagamento de impostos. A sonegação chega a R\$ 500 bilhões por ano, mesmo valor da renúncia fiscal.

Se um tema pode unir os brasileiros de todos os segmentos, este é o da reforma tributária. Sem ela, todo esforço por uma economia competitiva será em vão.

09/04/2019 - 05:00

Economistas são céticos quanto à aprovação

Por **Marta Watanabe**

Economistas mostram-se céticos em relação à aprovação de uma reforma tributária. Na Consultoria Tendências a discussão e votação, ainda neste mandato, de uma reforma tributária logo após a aprovação da previdenciária, está apenas no cenário otimista, diz o economista Fabio Klein. A projeção da consultoria no momento é de que esse cenário tem apenas 10% de probabilidade de acontecer.

Nesse cenário otimista, a reforma previdenciária teria impacto positivo de R\$ 800 bilhões em dez anos e sua aprovação tornaria o cenário propício para discussão e aprovação de uma reforma tributária, diz Klein.

O cenário base da Tendências, porém, com 55% de probabilidade, diz o economista é o de aprovação de uma reforma previdenciária com impacto positivo de R\$ 640 bilhões em dez anos. E nele não aparece a mudança fiscal. Uma reforma tributária, destaca Klein, é sem dúvida importante e necessária, mas a previdenciária tem repercussão fiscal maior. "É um assunto que já está no fórum político, com proposta do governo já conhecida e em debate."

A discussão de reforma tributária pode voltar à mesa de discussão por iniciativa do Legislativo, com base na proposta defendida pelo Centro de Cidadania Fiscal (CCiF). A entidade sugere a unificação de cinco tributos sobre bens e serviços - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS -, que dariam origem ao Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

Ao mesmo tempo a equipe econômica do governo federal, segundo fontes que acompanham o assunto, trabalha com a ideia de mudar a tributação indireta apenas com a unificação dos federais como IPI, PIS e Cofins. O governo federal ainda quer reduzir a tributação do empregador sobre folha de pagamentos, além de reduzir a cobrança de tributos sobre lucro das empresas, com a instituição de impostos sobre dividendos, hoje isentos.

"A agenda de reforma tributária, apesar de necessária, é tão dura quanto a da previdenciária, mesmo do ponto de vista técnico", diz Klein. Ele lembra que várias propostas já foram discutidas e mesmo a ideia de unificar PIS e Cofins, algo que já foi ventilado no governo anterior e que parece mais simples, encontra resistências. Para ele, no âmbito do governo federal, a unificação e simplificação da tributação dessas duas contribuições seria um primeiro passo. Sem incluir o IPI, diz ele, já que esse tributo necessitaria de discussão maior, já que entra no bolo de arrecadação dividida com Estados e municípios. O projeto do IBS defendida pelo CCiF, avalia Klein, é detalhado, claro e muito conhecido, mas é politicamente difícil de ser concretizado.

"Não faltam soluções técnicas para a reforma tributária. Falta decisão política", diz José Roberto Afonso, professor do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). Ele destaca que as propostas que voltam à mesa de discussão já são conhecidas e algumas são mudanças já prometidas em outros momentos.

Para Afonso, não há conflitos entre essas propostas. "O caminho de reforma do PIS, para depois mudar Cofins, IPI, vai dar depois no IBS. Isso já foi pensado e prometido há uns três ou cinco anos, mas até agora sequer foi apresentado o projeto de lei." Falta, diz Afonso, o governo federal mostrar os textos das propostas e, o mais importante, falta mostrar as simulações.

FOLHA DE S.PAULO

Otimismo diluído

Parcela dos que creem na melhora da economia cai de 65% para 50%, diz Datafolha; retomada frágil é fenômeno ainda não inteiramente compreendido

Existem bons motivos para crer que a situação econômica do país vá melhorar — a começar pelo fato de que a situação é muito ruim.

Na longa e profunda recessão de 2014-16, o Produto Interno Bruto brasileiro encolheu 8,2% ao longo de 11 trimestres; passados mais de dois anos, a retomada se dá em lentidão exasperante. O PIB do final de 2018 ainda se mostrava 5,1% inferior ao do início da crise.

Resta muito a crescer, portanto, apenas para que a produção, a renda, o consumo e os investimentos retornem ao que já foram.

Não é por acaso, assim, que não mais de 18% dos brasileiros digam temer hoje uma piora da economia nacional, de acordo com pesquisa conduzida pelo Datafolha nos dias 2 e 3 de abril. Entretanto a parcela dos que confiam em um avanço encolheu de 65%, contados poucos antes da posse do presidente Jair Bolsonaro (PSL), para 50%.

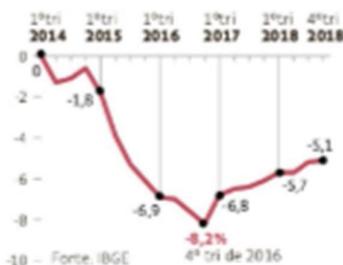
Outros 29% apostam na permanência do cenário atual, o que está longe de configurar otimismo. O eleitorado seguiu um movimento de ajuste de expectativas também verificado pelos índices de confiança de consumidores e empresários — o entusiasmo pós-disputa presidencial se diluiu.

A fragilidade do atual processo de recuperação econômica constituiu fenômeno ainda não inteiramente compreendido. Boa parte do pandemônio provocado pelo governo de Dilma Rousseff (PT), afinal, já foi revertido. A inflação está domada, e os juros do Banco Central se encontram no menor patamar de sua história.

Uma explicação ao menos parci-

Recuperação lenta

Variação trimestral acumulada do PIB, em %



al para a letargia aponta que o setor produtivo permanece recessivo, represando investimentos, diante dos riscos de estrangulamento das contas do governo — que levaria a um caos político e financeiro.

Embora o teto fixado para os gastos federais permita um reequilíbrio gradual do Orçamento, o arranjo não será sustentável sem a mudança de regras que levam à expansão de despesas obrigatórias com aposentadorias e salários.

Críticos à esquerda argumentam que o próprio congelamento dos desembolsos do governo contribuiu para desaquecer o consumo das famílias e o setor de obras.

Parece provável, com efeito, alguma flexibilização futura do mecanismo, mesmo se aprovada a reforma da Previdência. Entretanto a dívida pública ainda em alta e a caminho de 80% do PIB reduz dramaticamente a margem de manobra.

Uma certeza é que tudo fica mais difícil sem o avanço de uma agenda legislativa que aprimore a receita e o gasto público. Nesse sentido, os temores dos pessimistas não se mostram despropositados.

Tribuna

Mercado reduz projeção de crescimento do país

A estimativa para a expansão do Produto Interno Bruto (PIB) – a soma de todos os bens e serviços produzidos no país – caiu de 1,98% para 1,97% este ano. Foi a sexta redução consecutiva. Os números constam do boletim Focus, publicação semanal elaborada com base em estimativas de instituições financeiras sobre os principais indicadores econômicos. O boletim é divulgado às segundas-feiras, pelo Banco Central

(BC), em Brasília. É o que mostra reportagem de Kelly Oliveira – Repórter da Agência Brasil Brasília.

INFLAÇÃO

A estimativa da inflação, calculada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), foi ajustada de 3,89% para 3,90% este ano. Para 2020, a previsão para o IPCA segue em 4%. Para 2021 e 2022, também não houve alteração:



3,75%. A meta de inflação deste ano, definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), é 4,25%, com intervalo de tolerância entre 2,75% e 5,75%. A estimativa para 2020 está no centro da meta: 4%. Essa meta tem intervalo de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Para 2021, o centro da meta é 3,75%, também com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. O CMN ainda não definiu a meta de

inflação para 2022.

TAXA SELIC

Para controlar a inflação, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic. Para o mercado financeiro, a Selic deve permanecer no seu mínimo histórico de 6,5% ao ano, até o fim de 2019.

Para o fim de 2020, a projeção segue em 7,50% ao ano. Para o fim de 2020 e 2021, a expectativa permanece em 8% ao ano.

Tribuna

A população está mais pessimista com a economia



POPULAÇÃO está mais pessimista com a economia após primeiros meses do presidente Jair Bolsonaro

POR BRASILECONÔMICO

Os brasileiros estão mais pessimistas com a economia brasileira e com sua própria situação financeira após os primeiros meses de Jair Bolsonaro (PSL) como presidente da República. As informações são de uma pesquisa Datafolha divulgada ontem (8) pelo jornal Folha de S. Paulo. De acordo com os dados, o otimismo da população em relação à economia caiu 15 pontos percentuais (p.p) de dezembro do ano passado

para abril. No fim do ano, próximo à data da posse de Bolsonaro, 65% dos brasileiros acreditavam em uma melhora na situação financeira do País, número que, três meses depois, cai para 50%. Enquanto isso, a parcela da população que prevê piora na economia brasileira dobrou: eram 9% em dezembro de 2018 e agora são 18%. Entenda: Quando questionados sobre a expectativa da situação econômica do país, 50% disse que vai melhorar. Já para 29%, vai ficar como está. Vai piorar para 18% e 3% não sabe.

De acordo com a pesquisa, que é feita desde 1997, é comum que as expectativas em relação à economia aumentem dias antes da posse presidencial. Apesar disso, não houve redução desse otimismo nos primeiros meses de governo nem de Lula nem de Dilma Rousseff. O quadro de Bolsonaro só ficou semelhante ao do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que também foi atingido pelo pessimismo da população após sua posse. Além do pessimismo em relação à economia do Brasil, o levanta-

tamento do Datafolha também aponta que as pessoas estão mais receosas a respeito de sua própria situação financeira. A pesquisa aponta que apenas 59% dos brasileiros confiam em uma melhora em suas finanças, número que era de 67% em dezembro do ano passado. A quantidade de pessoas que acredita em uma piora também aumentou, passando de 6% para 11% em abril. A expectativa da situação econômica do entrevistado também revelou que 59% espera que vai melhorar.

09/04/2019 - 05:00

Meta fiscal de 2020 será igual ou pior

Por **Fabio Graner**

A equipe econômica finaliza nesta semana o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) para 2020 e a tendência é que seja apresentada uma meta fiscal para o próximo ano igual ou pior do que a que estava indicada na LDO de 2019 - déficit de R\$ 99,7 bilhões para o setor público, sendo R\$ 110 bilhões negativos somente para o governo central.

A LDO fixa a meta para a elaboração do Orçamento no ano seguinte e indica o objetivo para os dois anos subsequentes. A tendência de não sinalizar uma meta melhor para 2020, mesmo com o objetivo do ministro da Economia, Paulo Guedes, de zerar o déficit primário em 2019, decorre do fato de o governo não poder considerar possíveis impactos da reforma da Previdência na conta e também porque as projeções de crescimento da economia não favorecem um cenário melhor de receitas.

Desde a semana passada têm ocorrido reuniões para tratar do tema. O prazo para envio do documento que subsidia a elaboração do Orçamento é o dia 15 de abril. Após seu envio ao Congresso, o texto é examinado pela Comissão Mista de Orçamento e depois pelo plenário. Sem a votação da LDO, os parlamentares não podem entrar no recesso do meio do ano.

Além das metas fiscais, a LDO indica questões importantes como a previsão do salário mínimo, ainda que possa ser alterada ao longo do tempo. A área econômica do governo pretende colocar no dispositivo apenas a correção pela inflação, sem aumento real como ocorreu neste ano, por exemplo. A antiga regra, que valeu até este ano, previa correção do piso salarial do país pela inflação mais o PIB de dois anos antes.

Se a regra fosse mantida, o salário mínimo de 2020 teria alta real de 1,1%, que foi o crescimento do PIB de 2018. Se convencer a área política e, principalmente, o presidente Jair Bolsonaro, a mera correção inflacionária do salário mínimo gera economia para os cofres públicos, por causa do seu impacto na Previdência. Cada R\$ 1 de aumento gera impacto de mais de R\$ 300 milhões nas contas. Ou seja, um alta real de 1,1% impactaria as contas acima de R\$ 3,2 bilhões em um ano.

Apesar das promessas otimistas do ministro da Economia, Paulo Guedes, sobre a melhora fiscal, os dados recentes têm ensejado mais preocupações, quando se olha o desempenho primário - ou seja, antes do pagamento de juros da dívida. Com a economia em ritmo fraco e sem sinal de uma aceleração mais intensa, as projeções de arrecadação ficaram bem piores do que o previsto no Orçamento deste ano. Com isso, o governo na semana passada teve de anunciar um contingenciamento de gastos de R\$ 35 bilhões, que atingirá principalmente os investimentos públicos. O corte de despesas visa exatamente garantir o cumprimento da meta fiscal do ano.

No relatório bimestral, divulgado duas semanas atrás, o governo revisou para baixo as estimativas de crescimento do PIB e da inflação, que afetam as contas de arrecadação. Desde então, o mercado continuou reduzindo suas projeções para a economia e o governo está revendo seus números.

09/04/2019 - 05:00

Governo estuda IVA só para a União

Por **Fabio Graner e Raphael Di Cunto**

Apesar de o Congresso ter se antecipado e apresentado uma proposta mais ambiciosa de reforma tributária, que envolve União, Estados e municípios na criação de um imposto sobre valor adicionado nacional (IVA Nacional), a área econômica do governo prefere arrumar primeiramente o sistema federal antes de partir para a unificação com Estados e municípios, considerada politicamente muito complexa.

O movimento dos parlamentares, contudo, poderá ser utilizado pelo governo para implementar seu plano, de forma a evitar confrontos desnecessários que eventualmente contaminem a reforma prioritária, que é a da Previdência. A estratégia política, portanto, seria não criar tensão nesse tema, trabalhando de forma colaborativa com os parlamentares e tentando construir algo viável.

Em conversas reservadas, o secretário especial da Receita Federal, Marcos Cintra, diz querer implantar o Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) federal, fruto da unificação de uma série de impostos e contribuições como PIS/Cofins, IPI e até alguns tipos de IOF (que incide sobre operações financeiras). O ICMS e o ISS, impostos estadual e municipal, não constam da proposta inicial do governo.

A área econômica não simpatiza com a ideia por considerar que ela pode acabar paralisando toda a ideia de reforma, dado que envolve muitos interesses diferentes e geraria resistências entre os Estados, como ocorreu em todas as tentativas anteriores de reforma.

Além disso, os técnicos do governo trabalham na proposta de substituição da contribuição patronal sobre os salários, que financia a Previdência, por um "tributo sobre pagamentos", que seria uma CPMF ampliada, que atingiria grande parte da informalidade e daria uma fonte mais segura para o financiamento da Previdência. Nas conversas reservadas, Cintra tem dito que é preciso olhar também para o financiamento do sistema e não só para o lado das despesas.

O movimento do Congresso em parte está relacionado a uma certa irritação de alguns parlamentares com declarações de Cintra em rede social, dizendo que o ministro Paulo Guedes não precisaria de ninguém para aprovar seus projetos.

De qualquer forma, Cintra teve que se sentar com o ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda e diretor do centro de Cidadania Fiscal Bernard Appy, que inspirou a proposta apresentada e respaldada por uma série de partidos políticos.

A ideia do governo é participar da discussão e tentar avançar nos pontos de consenso, mas de forma cautelosa, evitando riscos de atropelar o debate da Previdência.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) da reforma tributária, de autoria do líder do MDB na Câmara, deputado Baleia Rossi (SP), foi protocolada com apoio de deputados de 26 partidos, do Psol ao PSL do presidente Jair Bolsonaro (o segundo com maior número de subscritores). Foram 172 assinaturas de apoio - eram necessárias 171.

Baleia destacou que conseguiu as assinaturas em um prazo de apenas três horas, o que sinalizaria que a Câmara tem total interesse em fazer andar o tema da reforma tributária. O líder aponta que pretende fazer a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) votar a admissibilidade da matéria logo depois da votação da Previdência e também pretende aprovar a matéria em comissão especial. Segundo ele, somente no Plenário é que o acerto é para esperar a votação da Previdência antes de colocar a tributária para ser discutida pelo conjunto de deputados.

O MDB de Baleia foi o partido com mais apoiadores, 23, seguido pelo PSL, com 17 deputados, o PT, com 16, PSB e PR, ambos com 13. Houve amplo apoio de líderes partidários também. Assinar uma PEC, contudo, não significa defesa integral do texto apresentado, apenas que concorda com o tema e apoia a iniciativa de que seja discutido pela Câmara. A PEC será votada primeiro pela (CCJ), que analisará a admissibilidade, e depois por uma comissão especial.

O texto foi protocolado por Baleia na semana passada, após reunião organizada pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), com os líderes e o economista Bernard Appy.

Tribuna

Indústria tem a menor fatia do PIB

Os números deste início de ano não deixam dúvida: a crise que a indústria brasileira há tempos atravessa ainda não dá sinais de reversão. No primeiro bimestre, a atividade industrial recuou 0,2% em relação ao ano passado. Esse fraco desempenho reforça uma tendência que vem se verificando desde os anos 80: a queda de participação da indústria de transformação na composição do Produto Interno Bruto (PIB).

No ano passado, esse setor respondeu por apenas 11,3% da atividade econômica do País, o patamar mais baixo em mais de 70 anos - não há dados anteriores a 1947.

No fim dos anos 80, a indústria de transformação (que exclui a indústria extrativa) chegou a ter uma fatia próxima de 30% do PIB, mas essa participação depois veio diminuindo rapidamente. Segundo economistas, é provável que 2019 registre um número ainda mais baixo que o de 2018. "É um risco que corremos e uma tendência que vem de longo prazo. Os países continuam avançando na indústria mais sofisticada, e o Brasil não", diz o economista Rafael Cagnin, do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). É o que mostra reportagem do Estadão.

Apesar da perda de espaço na economia ser um fator estrutural - no mundo todo, os serviços têm ganhado participação -, há indícios de que, no Brasil, esse fenômeno vem sendo fortalecido por questões conjunturais, como as crises sucessivas.

FOLHA DE S.PAULO

Cadastro positivo terá 180 dias para funcionar

Nos próximos 120 dias, consumidor tem carência para limpar o nome e entrar na lista sem danos no escore de crédito

Tássia Kastner

SÃO PAULO A inclusão automática de consumidores no cadastro positivo começará a ocorrer apenas daqui a quatro meses, e as novas notas de crédito, baseadas em todas as despesas do consumidor, começarão a ser usadas para análise de crédito em 180 dias.

Na prática, o consumidor envidado terá cerca de 120 dias para limpar o nome e entrar no novo sistema com uma pontuação mais alta.

A lei sancionada pelo presidente Jair Bolsonaro (PSL) nesta segunda-feira (8) e deve ser publicada no Diário Oficial da União nesta terça (9).

Pelas novas regras, CPFs e CNPJs serão incluídos automaticamente em bancos de dados dos birôs de crédito (como Serasa, SPC e Boa Vista), e todas as compras a prazo passarão a ser usadas na formação de uma nota de bom pagador. Também serão incluídas as contas de consumo, como luz, internet e aluguel.

O consumidor será notificado quando for incluído no cadastro por um dos birôs. Depois disso, todos poderão processar as informações da pessoa e criar um escore.

Atualmente, apenas contas em atraso são consideradas na nota de crédito, o que é criticado pelo setor financeiro, que considera a nota pobre para avaliar o risco de calote.

As empresas precisam, porém, cumprir 120 dias de prazo fixado na lei em que nada muda para o consumidor.

Quando se passarem 90 dias,



O presidente Jair Bolsonaro após a sanção da lei que aprovou o cadastro positivo no país. Pedro Ladeira/Folhapress

os birôs deverão fazer campanhas de conscientização sobre o novo sistema, informando que o consumidor poderá deixá-lo se desejar.

A tendência é que, sem cadastro positivo, esse consumidor tenha as mesmas dificuldades de acesso a crédito de uma pessoa inadimplente.

Mas quem estiver negativo e quitar as dívidas antes de agosto chegará no cadastro positivo como um bom pagador e sem danos em sua nota.

Isso ocorre porque hoje os birôs de crédito não podem

armazenar as informações de dívidas já quitadas, apenas as contas atrasadas.

Quando o consumidor for incluído no cadastro positivo, após os 120 dias, haverá ainda uma carência de outros 60 dias para que esse dado possa ser usado no cálculo de uma oferta de crédito, explica Julien Dutra, diretor de relações governamentais da Serasa Experian.

É o período para que as informações coletadas sejam transformadas em uma nota de crédito nova, considera-

da mais completa e acessível. Bancos e varejistas continuarão visualizando apenas um número que vai de 0 a 1.000 — não terão, portanto, acesso a todas as contas em aberto ou já pagas.

A lei estabelece que esses detalhes só estarão disponíveis após a autorização expressa do consumidor. Essa autorização deverá ser por escrito.

Nesse caso, será possível visualizar detalhes de créditos passados e como eles foram pagos, se antecipadamente, dia ou com atraso. Cada condi-

ção terá um peso na elaboração do escore do consumidor.

Por exemplo: se a pessoa comprou um carro financiado no passado, quitou em dia e agora deseja um novo financiamento, poderá mostrar essa informação para negociar uma taxa de juros mais baixa.

Não poderão ser usados no cadastro positivo dados pessoais que façam distinção de gênero, raça e classe social, por exemplo a região em que a pessoa mora.

"O que interessa para a lei é se ele pagou ou não pagou. Se

honrou ou não a dívida", afirma o advogado Gustavo Gonçalves Gomes, sócio do Siqueira Castro e especialista em relações de consumo.

O escore poderá levar em consideração pagamentos feitos por até 15 anos, período em que a conta continuará a ser considerada na elaboração da nota daquele cliente. Mas apenas daqui para a frente.

Segundo o setor financeiro, isso deve ajudar a tornar o crédito mais preciso e a reduzir a inadimplência no país, o que ajudaria na redução das taxas de juros.

A Febraban (federação dos bancos) não se pronunciou sobre a aprovação do cadastro. Essa era uma das medidas defendidas pela entidade para a redução de juros cobrados do consumidor.

O advogado Paulo Brancher, sócio do escritório Mattos Filho e especialista em proteção de dados, afirma, porém, que um dispositivo da lei pode limitar a queda dos juros, em linha com o que disseram os bancos após a aprovação do texto no Senado.

Pelo texto, os elos da cadeia (bancos e birôs) são responsáveis conjuntamente caso haja algum dano ao consumidor. "Isso acrescenta um custo na cadeia porque aumenta o risco", diz Brancher.

Se houver alguma irregularidade, o custo dessa conta cairia também sobre quem empresta dinheiro, elevando as provisões dos bancos.

A lei prevê os benefícios do cadastro positivo sejam medidos após dois anos.

Entenda as novas regras

Como é hoje O cadastro é negativo, ou seja, a avaliação do consumidor considera apenas contas em atraso, que são esquecidas após a dívida ser quitada. O nome fica limpo

Como fica com o cadastro positivo A inclusão passa a ser automática e reunirá todas as contas pagas em dia ou atraso, incluindo despesas como água, luz, telefone

Desde 2011, a adesão ao cadastro positivo é voluntária e atraiu 11 milhões de consumidores

100 mi

é o total de consumidores que devem ser incluídos automaticamente no cadastro

Após o início das novas regras, o cadastro positivo terá memória de 15 anos, ou seja, cada empréstimo será usado no escore por esse período

55%

da inadimplência do consumidor é por contas não bancárias, diz a Serasa

Quando começa a valer

Birôs de crédito precisam esperar 120 dias para começar o novo banco de dados. Até lá, segue a regra atual do cadastro negativo

Em **180 dias** os birôs poderão oferecer a nota de crédito baseada no cadastro positivo

E se o consumidor não quiser participar?

Ele poderá pedir a exclusão do banco de dados a qualquer birô e todos os demais precisarão excluir as informações

A tendência, porém, é que essa pessoa tenha acesso a taxas de juros mais caras, pela escassez de informações

Tribuna

Ministro da Economia fala em 'travar' concursos públicos

O ministro da Economia, Paulo Guedes, fez um discurso nessa segunda-feira (8) no qual falou em "travar" os concursos públicos.

Paulo Guedes deu a declaração ao participar de um seminário promovido pelos jornais "O Globo" e "Valor Econômico", cujo tema era "E agora, Brasil?", sobre os 100 dias do governo Jair Bolsonaro. É o que mostra reportagem de Alexandre Martello e Gustavo Garcia, G1 — Brasília.

"Grande notícia: 50% do funcionalismo público se aposenta nos próximos cinco anos. A primeira coisa, concursos públicos. Trava esse negócio aí. Quero saber por que precisa, tem que ver os

atributos", declarou o ministro. No mês passado, o governo editou um decreto para estabelecer critérios mais rígidos para abertura de vagas por meio de concursos públicos. As regras passarão a valer a partir de 1º de junho.

De acordo com o governo federal, haverá "maior rigor na autorização de concurso público e na autorização de nomeação de aprovados".

ENTRE AS MUDANÇAS:

os órgãos públicos deverão respeitar critérios mais específicos e rigorosos para justificar novos concursos;

o concurso não terá prazo de validade superior a dois anos (salvo se houver previsão no edital);

os órgãos públicos deverão provar que tentaram outras medidas para preencher as vagas, como remanejamento de pessoal. De acordo com o ministro Paulo Guedes, a aposentadoria dos servidores públicos vai "desidratar pela metade" o efeito do funcionalismo público e, também, digitalizar os procedimentos.

Segundo a proposta de orçamento de 2019, o governo federal prevê gastar R\$ 326,87 bilhões com os servidores públicos neste ano. O valor inclui despesas com servidores ativos, inativos e pensionistas dos poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, do Ministério Público e da Defensoria Pública.

FOLHA DE S.PAULO



Leonardo Benassato - 27.nov.17/Reuters

Luciano Huck Bolsonaro tem ideias, mas tenta executá-las já

Luciano Huck, 47

Apresentador de TV e empresário. Paulistano, filho do advogado Hermes Marcelo Huck e da arquiteta Marta Dora Grostein, ambos professores da USP. É casado desde 2004 com Angélica, com quem tem três filhos.

O presidente defende a nova política em combate à velha política, mas não consegue formar uma base aliada para aprovar suas principais medidas no Congresso. A nova política deu errado? De maneira nenhuma. Minha dúvida é se a gente está vivendo um ciclo da nova política, o início da nova política ou o fim da velha política. Bolsonaro é político há 27 anos, não é um outsider, sempre foi político. Ele está tentando criar novas maneiras de se relacionar com o Congresso. Num primeiro momento, via bancadas temáticas, não funcionou, e agora vai tentar outros formatos.

O sr. acha que é possível pacificar a relação entre Planalto e Congresso? Eu espero. A gente não está num momento eleitoral. Todo o mundo sabe o que é certo e o que é errado. Os partidos de esquerda sabem que a reforma da Previdência é necessária, porque senão quebra [o país]. Me incomoda esse enfrentamento contínuo, que não contribui em nada para a gente restabelecer o diálogo.

O que o sr. espera da oposição? Estou na rua, sei como as pessoas vivem. A gente tem que ter no Brasil um projeto que seja consistente quando você for falar de redução de desigualdades. Acho que a gente tem que dialogar, não consigo pensar em esquerda e direita. Para mim, o que vale são as melhores ideias.

O governo tem sido palco de polêmicas como a discussão sobre o nazismo ser de esquerda ou de direita e 1964 ter sido ou não um golpe militar. Como vê esse debate? Parece piada. Existem fatos históricos que são indiscutíveis e, quando a ideologia se sobrepõe à história, é muito perigoso.

com avião voando

Apresentador elogia planos para Economia e Justiça, mas critica prevalência de ideologia sobre pautas

ENTREVISTA

Marina Dias

BOSTON O presidente Jair Bolsonaro (PSL) começou o governo sem um projeto claro e está pensando em como executar suas ideias “já com o avião voando”. Essa é a avaliação do apresentador Luciano Huck, que participou na sexta-feira (5), nos EUA, de uma conferência para debater os rumos e os principais problemas do Brasil.

Em entrevista à Folha, Huck afirmou que o governo não pode deixar a ideologia se sobrepor em áreas prioritárias, como educação, mas ponderou que Bolsonaro ainda merece um crédito por ter sido eleito legitimamente.

A atuação do Ministério da Educação do governo Bolsonaro e a escolha do novo titular da pasta, confirmada nesta segunda (8), são alvos de críticas de Huck. “O presidente entendeu e mexeu, mas me parece que a ideologia tenha se sobreposto à pauta. E, de novo, temos um nome de não consenso”, afirmou, em referência à saída de Ricardo Vélez Rodríguez e à nomeação de Abraham Weintraub.

Cotado como candidato a presidente da República no ano passado, o apresentador da TV Globo não descarta concorrer em 2022, mas diz que seu papel, hoje, é de diálogo e construção de projetos que não sejam personalistas.

*

No segundo turno da eleição, o sr. disse que não se sentia representado por Jair Bolsona-

ro ou Fernando Haddad. Isso mudou? Essa resposta seria importante num ciclo eleitoral, que foi o que a gente viveu. Esse cenário não existe mais. A gente tem um presidente eleito de forma democrática e legítima, por ampla maioria, num momento em que o país precisa de reformas estruturais. Não é hora de discutir ideologias ou voto, mas, sim, propostas, projetos e como eles serão executados.

Qual é o balanço que o sr. faz dos cem primeiros dias de governo? É muito difícil começar qualquer governo quando você não tem um projeto claro e não sabe como vai executá-lo.

Bolsonaro não tem? Bolsonaro tem ideias, ideologia e crenças que, inclusive, o levaram à Presidência. Só que também está claro que o que fazer e como executar as ideias eles estão modulando, lapidando e pensando em como fazer já com o avião voando.

Há setores em que você enxerga clareza de ideias, mas a capacidade de execução a gente vai ver agora. Quando você vê o Ministério da Economia e o que ele está querendo fazer, tem muita consistência. Na minha opinião, são reformas necessárias.

No Ministério da Justiça, o plano do Sérgio Moro é de alguém que sabe o que está fazendo também. Ele tem noção muito clara do que tem que ser feito, mas vai ter dificuldade de implementar por uma questão de conseguir montar um grupo técnico que o ajude politicamente a viabi-

lizar [as propostas].

O sr. fez críticas ao então ministro da Educação, Ricardo Vélez, durante sua palestra. O que achou da indicação de Abraham Weintraub para substituí-lo? Educação é um assunto prioritário e você não tem que reinventar a roda. O MEC não é espaço para polemizar. Até aqui foi um erro desses cem primeiros dias.

O presidente entendeu e mexeu, mas me parece que a ideologia tenha se sobreposto à pauta. A elaboração de uma lista de bons nomes para o MEC é de fácil consenso. E, de novo, temos um nome de não consenso. Temos que dar um voto de confiança ao novo ministro, mas me preocupa a falta de experiência em gestão pública, em educação básica, e a militância ideológica. Se a emenda sair pior que o soneto, todos saem perdendo.

“

A gente tem um presidente eleito de forma democrática e legítima. Não é hora de discutir ideologias ou voto, mas, sim, propostas, projetos e como eles vão ser executados

Por que o sr. desistiu de se candidatar em 2018? Você só desiste de coisas que se propôs a fazer e desistiu. Em momento nenhum me coloquei como candidato. Tenho 47 anos, há 25 fazendo televisão, gosto muito do que faço, do meu dia a dia.

Ao mesmo tempo, sou curioso, gosto de ouvir, estudar, ler e, se vejo um problema, me sinto parte dele. E nós temos um problema: um país extremamente desigual, com uma elite que, muitas vezes, acha que não faz parte da solução.

As elites têm que assumir sua parte e a responsabilidade na solução social. Nossa elite parece não se importar. Precisamos correr riscos. A convocação neste momento não é política, é geracional, para atrair as melhores ideias e cabeças para repensar o Estado.

O sr. tentou fazer isso no ano passado, mas pareceu estar em cima da eleição, agora tem quatro anos... A gente não pode falar em ciclos eleitorais, tem que falar em ciclo geracional.

O que falta para o sr. decidir ser candidato a presidente? Isso é tudo o que não preciso. A sociedade precisa produzir ideias e projetos viáveis para o Brasil — e não podem ser ideias personalistas. Por isso que gosto dos movimentos cívicos e é lá que vou ficar. Eles têm a credencial para propor ideias e como executá-las em nome de grupos, e não de pessoas.

Mas vivemos no presidencialismo, que elege uma pessoa para representar a todos. Essa pessoa não poderia ser o sr.? Acho que nesse momento colocar isso em discussão é simplificar uma conversa muito mais complexa, de como contribuir. Como sociedade civil, cabe à gente propor ideias e pautas que tentem contribuir. Vamos fazer um esforço para que [o governo] dê certo, agora depende da capacidade de execução deles. Leia mais sobre o novo comando do MEC em Cotidiano B1

Tribuna

EUA querem que Mourão trate com militares da Venezuela

O vice-presidente, general Hamilton Mourão, se reuniu ontem com o vice-presidente americano, Mike Pence, e refutou a possibilidade de qualquer intervenção militar na Venezuela. Para Mourão, a pressão econômica feita pelos Estados Unidos sobre o regime de Nicolás Maduro deve propiciar o fim do governo chavista. Pence teria pedido a Mourão para "usar sua experiência" para negociar com os militares da Venezuela. "Isso é um processo, não há solução imediata para esse processo vivido na Venezuela. A questão econômica está chegando num ponto de estrangular o país e esse momento será o momento que as Forças Armadas (venezuelanas) então terão condição de assumir o poder e abrir o caminho para a saída do governo Maduro", afirmou. *Do Estadão.*

Toparia fim da reeleição em proposta de reforma política, diz Bolsonaro

AGENCIA ESTADO

O presidente Jair Bolsonaro afirmou ontem, 8, que apoiaria o fim da reeleição para o Executivo em uma eventual proposta de reforma política. A declaração foi dada à Rádio Jovem Pan, gravada ontem. "A pressão é muito forte para que eu, se estiver muito bem, obviamente, me candidatar (em 2022). Mas (durante a campanha) era minha preleensão (acabar com reeleição) vindo dentro de uma reforma política, que

não depende de mim, o próprio Parlamento pode resolver esse assunto se quiser", disse. Para Bolsonaro, uma reforma política só teria "validade" para ele se o próprio presidente também fosse afetado. "A reeleição causou uma desgraça no Brasil. Prefeitos, governadores e até o presidente se endividam, fazem barbandades, dão cambalhotas, fazem acordos com quem não interessa, para ter apoio político", disse. "Se, nessa proposta de reforma (política), para diminuir também os tamanhos das casas legislativas, o custo for tirar a reeleição, eu topo assinar isso daí",

acrescentou.

Durante a entrevista, o presidente defendeu o filho Carlos, vereador no Rio de Janeiro pelo PSC e, segundo ele, quem mais o ajuda nas redes sociais. "Quem me ajuda (nas redes sociais) é o Carlos, por isso muitos querem afastá-lo, dizem que está atrapalhando, mas não atrapalhou em nada. Acho até que devia ter cargo de ministro. Foi a mídia dele quem me botou aqui (na Presidência). Mas ele não está pleiteando ministério", disse.

Bolsonaro disse ainda que acredita que a reforma da Previdência será aprovada em pouco tempo, sem

dar nenhum prazo. Bolsonaro comentou também a declaração dada por ele na semana passada sobre não ter nascido para ser presidente. "Outro dia eu disse que não havia nascido para ser presidente e desceram a lenha em mim. Os últimos que disseram que estavam preparados, um está preso, a outra está ensacando vento e outro está com vários processos em cima de si", disse o presidente, em referência aos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer.

Bolsonaro afirmou que vale a pena ser presidente e



BOLSONARO diz que apoiaria o fim da reeleição para o Executivo em uma eventual proposta de reforma política

que não se arrepende de ter sido candidato. Disse também que admitir não ter nascido para ser presidente "transmite humildade para a população". "Não é fácil sentar nessa cadeira, mas alguém tem de mudar o Brasil", disse. No entanto, ao ser questionado sobre qual foi o dia mais feliz no Palácio do Planalto, ele respondeu que "não tem dia feliz" na Presidência.

PARTIDOS - O presidente Jair Bolsonaro vê os encontros com dirigentes

partidários, iniciados na semana passada, como forma de reforçar politicamente a tramitação da reforma da Previdência no Congresso. A informação é do porta-voz da Previdência, Otávio do Rêgo Barros. "O presidente Jair Bolsonaro acredita que os encontros na semana passada com presidentes dos partidos, e os que vão ocorrer esta semana, significam um reforço muito importante sob o ponto de vista político para a Nova Previdência", disse o porta-voz.